

## O ESPAÇO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE (\*)

Wanderley Messias da Costa (\*\*)

Preliminarmente, quero adiantar algumas considerações sobre a natureza do tema proposto para esta Mesa-Redonda, a fim de circunscrever, em parte, os complexos problemas que a sua discussão normalmente suscita nos âmbitos da Filosofia e da Ciência.

A questão é tanto mais complexa, quando tomamos consciência de que esta discussão deve, forçosamente, realizar-se no interior de uma cuidadosa reflexão sobre a própria *teoria geral do conhecimento*, sujeitando-se portanto, à sua natureza reconhecidamente contraditória, determinada pelas distintas formulações filosóficas que, ao longo da história, sobre ela têm se desenvolvido.

Quando se adota esta via de reflexão (no âmbito da teoria geral do conhecimento) põe-se de imediato a necessidade de resolver uma primeira contradição: como é possível considerar o espaço como uma categoria de análise, se a própria afirmação do espaço como categoria do entendimento é frequentemente posta em dúvida por não poucos filósofos clássicos e contemporâneos?

Tem sido usual entre nós geógrafos, a tergiversação sobre este ponto crucial de nossas reflexões cotidianas, seja através de uma prática frequentemente reducionista das formulações teóricas às suas manifestações fenomênicas (o mundo sensível), seja pela manipulação arbitrária dos conceitos e definições (de onde a infinidade conceitual ou tipológica de “espaços”).

Não me parece adequado, por outro lado, fugir à questão proposta, acrescentando simplesmente ao termo “espaço” algum adjetivo de qualquer natureza, tais como “geográfico”, “econômico”, “social”, etc., isto porque estar-se-ia tomando a questão categorial do espaço como resolvida; em outras palavras, transferindo para o campo da epistemologia e da linguagem, uma categoria que necessariamente deve ser examinada preliminarmente em sua dimensão fundamentalmente ontológica.

Isto posto, julgo preferíveis os riscos inevitáveis de uma discussão centrada na problemática intrínseca ao tema, a me propor tratar exaustivamente da polêmica que se desenvolve em nosso meio sobre o “espaço geográfico”.

### A — O Espaço na Relação Sujeito-objeto: Intuição e Realidade

Parto de um pressuposto da teoria do conhecimento, de que a intelegibilidade das categorias (a sua cognoscibilidade) não é um procedimento intelectual absolutamente apriorístico, um fenômeno imanente ao sujeito, autônomo em relação aos objetos reais. Isto significa considerar as categorias como princípios gerais do conhecimento, uma forma elevada de apreensão do mundo real, deter-

---

(\*) — Tema da Mesa Redonda, nas atividades da Conferência Regional Latinoamericana, Comissão Nacional do Brasil — U.G.I., Rio de Janeiro, 1982. Recebido para publicação em agosto de 1982.

(\*\*) — Professor Assistente do Departamento de Geografia — FFLCH — USP.

minada em última instância pelo intercâmbio permanente, ao longo da história, entre o sujeito e o objeto. A polêmica idealismo-materialismo está centrada justamente neste ponto. É o confronto entre as formulações filosóficas que tomam as categorias como imanescentes ao raciocínio humano de um lado, e de outro, aquelas que afirmam que as categorias são propriedades internas dos seres reais.

Segundo RUSSELL (1957, p. 260), comentando a obra de Kant, por ele considerado o pai do idealismo alemão, “a crítica do conhecimento é fundamental para se chegar a conclusões filosóficas”; para aquele filósofo, e “ressalta-se nela, a importância da mente em oposição à matéria, o que leva, no fim, à asserção de que só a mente existe”. Ainda segundo Russell, o cerne das formulações de Kant a respeito da relação sujeito-objeto encontra-se em sua afirmação de que “o mundo exterior só produz a matéria da sensação, mas o nosso aparelho mental ordena esta matéria no espaço e no tempo e proporciona os conceitos por meio dos quais compreendemos a experiência. As coisas em si mesmas, que são as causas de nossas sensações, são incognoscíveis... O espaço e o tempo são subjetivos; fazem parte de nosso aparelho de percepção”. (Russell, 1957, p. 269).

Depreende-se dessas afirmações, que para Kant, em primeiro lugar, as categorias são intrínsecas ao sujeito, e em segundo, e principalmente, que nem o espaço e nem o tempo são para ele, categorias, mas simplesmente *formas de intuição*, pertencentes à esfera da “percepção”, portanto, um conhecimento intuitivo.

Dentro da esfera da percepção, Kant reconhece que os objetos imediatos que se põem a ela são devidos parte a “coisas externas” e parte, ao nosso próprio “aparelho perceptivo”. Segundo Russell: “Para provar que o espaço e o tempo são formas “a priori”, Kant tem duas classes de argumentos: uma metafísica; outra, epistemológica, ou, como ele a chama, transcendental. Os argumentos da

primeira classe são tomados diretamente da natureza do espaço e do tempo; os da segunda, indiretamente da possibilidade da matemática pura”. (Russell, 1957, p. 270).

A teoria kantiana da subjetividade do espaço está centrada fundamentalmente em quatro argumentos metafísicos, segundo Russell: “1) O espaço não é um conceito empírico, abstraído das experiências externas, pois o espaço está pressuposto ao referirmos às sensações a algo externo, e a experiência externa só é possível mediante a apresentação do espaço; 2) O espaço é uma apresentação necessária a priori que assinala todas as percepções externas, pois não podemos imaginar que não haja nada no espaço; 3) O espaço não é um conceito discursivo ou geral das relações das coisas em geral, pois há apenas um espaço, do qual são partes, não exemplos, o que chamamos “espaços”; 4) O espaço apresenta-se com uma dada magnitude infinita, que contém dentro de si todas as partes do espaço; esta relação é diferente da relação entre um conceito e os seus casos, e, por conseguinte, o espaço não é um conceito, mas um Anschauung (intuição pura)”. (Russell, 1957, p. 271).

Para o idealismo, portanto, existe uma distinção clara entre “formas da intuição”, “intuição pura” ou “formas da sensibilidade”, casos do espaço e do tempo, e “formas do entendimento”. Apenas estas últimas ele designa como categorias. Isto implica que o espaço, por exemplo, não cognoscível pelo pensar, não é intelectual portanto, assim como o entendimento não é intuitivo.

Como uma consequência fundamental dessa distinção, coloca-se a questão da mediação (entre o sujeito e o objeto) na construção do conhecimento. Sendo o espaço uma forma de intuição, a sua compreensão dá-se ao nível imediato, quase que automaticamente, pois a intuição, prescinde da elaboração mental (reflexão). Ao contrário, as formas de entendimento puro (através das categorias) são sem-

pre o resultado de um processo de elaboração (mesmo que apriorístico) mediatizado pela dedução.

HARTMANN, (1960), embora aceite em parte as idéias de Kant a esse respeito, tenta superar criticamente tais formulações: “La tesis de la Estética transcendental no se agota en ser el espacio y el tiempo formas de la intuición”. (Hartmann, 1960, p. 57). O autor se refere aqui ao fato de que as teses subjetivistas do espaço negam explicitamente a possibilidade do espaço representar uma propriedade de coisas em si, pois segundo elas, espaço e tempo “são só formas de intuição”, ou seja, algo inerente às coisas como determinação objetiva. Segundo ele “esta es una tesis idealista, que reduce el espacio y el tiempo a ser formas de la conciencia; y aunque ambos sean validos do objeto ‘empíricamente real’, la realidad empirica misma sería, en sentido trancedental, mero ‘fenomeno’? (Hartmann, 1960, p. 58). Para Hartmann, a questão essencial é saber se, mesmo considerando ser o espaço apenas uma forma de intuição, ele não poderia ser além disso, a propriedade das coisas em si. Em suas próprias palavras: “Lo primero sólo se seguiría, en afecto, si de antemano estuviese asentado que no pude ser nada más que una ‘necesaria representación a priori’ de nuestra conciencia. Sólo de una representación puede ser válida la alternativa de tener que ser concepto, tiene que ser inevitablemente intuición. Pero justo este supuesto no está probado de antemano, ni tampoco introducido para nada en la elucidación, sino simplemente aceptado como concedido. Si se acepta, se acepta desde luego la parte más esencial del resultado: que si el espacio revela ser una intuición pura, no puede ser ya nada más”.

Mesmo aceitando a idéia de que o espaço é apenas uma forma de intuição e não uma categoria do entendimento, uma questão permanece irresolvida: em qualquer um dos casos, trata-se de propriedade inerente ao sujeito, sem apontar para a elucidação do próprio espaço enquanto objeto real,

e portanto, das categorias reais que lhe são intrínsecas.

Segundo Hartmann, a via de resolução desse problema acha-se justamente na consideração dessa dupla natureza do espaço. Assim, é preciso dar-se conta tanto do espaço enquanto intuição, como do espaço real. Isto porque o problema categorial do espaço envolve também um nível fundamental ontológico. E nessa perspectiva, há que considerar não apenas os espaços intuitivo e real, como também o espaço ideal (geométrico). E neste caso, não significa uma idealidade subjetiva, “sino una manera de ser óptica”. (Hartmann, 1960, p. 61). Quando se afirma que o espaço não é apenas uma categoria da intuição mas também uma categoria real, não significa aceitar que se trata de uma categoria real do interior da consciência. Ao contrário, o pressuposto é de que trata-se aí de qualidades próprias do objeto, ou nas próprias palavras de Kant, do “mundo exterior”. Nas palavras de Hartmann: “Aunque el espacio no sea una categoría real de la conciencia, es, al igual del tiempo, una categoría real del mundo exterior”. (Hartmann, 1960, p. 68).

Quanto à natureza dos espaços intuitivo, real e ideal (geométrico), Hartmann alerta para as distinções que se fazem necessário estabelecer entre os seus níveis ontológicos, “en el fondo una diferencia de esferas u, ontologicamente, una diferencia en la manera de ser”. (Hartmann, 1960, p. 78).

Finalmente, a própria análise categorial do espaço de Hartmann: o Espaço Geométrico, o Espaço Real, a Espacialidade das Coisas, o Espaço da Intuição e a Espacialidade do Campo da Intuição. O Espaço Geométrico é simultaneamente “sistema de dimensões”, homogêneo, contínuo e ilimitado. (Hartmann, 1960, p. 84/85). O Espaço Real “es el espacio en que existen las cosas reales y las relaciones entre estas cosas, en que se desenvuelven los sucesos reales físicos, en que transcurre también la vida humana, en la medida en que su curso es el natural de las cosas y está sujeto a condiciones

naturales, y tanto la vida individual cuanto la colectiva e histórica. El espacio real es exactamente tanto espacio cósmico como espacio vital, campo en que entran en juego cuerpos y fuerzas cósmicas y campo en que entra en juego el hacer o deshacer del hombre. Es el espacio de lo existente, la forma y la condición categorial del mundo exterior". (Hartmann, 1960, p. 93).

Para o autor, não tem sentido a questão, insistentemente colocada, de que o espaço não existe, pois é evidente que ele não existe como coisa, ele não possui existência absoluta. Na verdade ele é a condição geral da existência de todas as coisas. O problema da totalidade é proposto em termos da existência de um único espaço. Não existiriam assim, espaços mas tão somente *partes do espaço*, pois o real é um só. Com relação à espacialidade das coisas, o autor afirma ser esta uma propriedade das coisas sensíveis e de tudo que se envolve com o espaço. A idéia de receptáculo, bastante difundida nos dias atuais, quando o tema em questão é o espaço, para Hartmann o "receptaculum rerum", é rebatida por conduzir ao equívoco de que um espaço interior, por exemplo poderia ser confundido com o espaço real. O espaço da intuição (da percepção, da vivência, da moradia) dá-se como forma categorial e dos dados sensíveis, da imaginação, da experiência e de meio de pensamento. Por último, a espacialidade do campo da intuição, que é entendida como a capacidade que os indivíduos têm de "perceber" ou "intuir" o espaço, em termos de sua magnitude, distância e direção. Nas palavras de Hartmann: "Lo cercano en el campo visual está acentuado, es saliente, agresivo; lo lejano, pálido, huidizo, evanescente. Esto es, ante todo, más cosa de la espacialidad que del espacio... El campo de la intuición está centrado, por decirlo así, en el lugar del sujeto. Este lugar está orientado él mismo por los objetos del visual, pero, sin embargo, hace del campo entero de la intuición un campo de orden de los objetos en que la dirección y las distancia están determinadas ante todo desde el sujeto.

Con ello se convierte el espacio de la intuición en un sistema de lugares". (Hartmann, 1960, p. 140).

Para concluir este ponto é preciso resgatar o essencial das formulações de Kant e Hartmann. En primeiro lugar, se a via é a da construção do conhecimento, o espaço não pode ser considerado como uma categoria de análise, pois ele não é uma categoria do entendimento, mas uma forma de percepção ou uma intuição pura. Em segundo, que o fato dele pertencer ao sujeito (intuição) não significa, por excludência, que a análise categorial do espaço real possa ser realizada, pois o espaço possui concreitude no mundo exterior ao sujeito, sendo mesmo uma propriedade das coisas. Finalmente, que o espaço é simultânea e contraditoriamente, intuição e realidade.

## B — A Subjetividade do Espaço ou o Espaço da Intuição

As formulações sobre o espaço enquanto categoria inerente ao sujeito (forma de intuição), estão frequentemente centradas na análise sobre a percepção do espaço, e dizem respeito, na Ciência, em particular à psicologia, à estética e à própria geografia.

Pretendo aqui tão somente apresentar, bastante resumidamente, as formas pelas quais estas formulações têm sido tratadas em especial no âmbito da geografia.

A concepção clássica na geografia sobre o espaço é justamente aquela que parte do pressuposto de que o espaço é existente, tangível. Na verdade, são partes tangíveis no espaço que assumem uma dimensão real. Os geógrafos têm-se dedicado ao estudo de um desses espaços; moradia do homem, o espaço superfície da terra, o espaço suporte das atividades humanas. Isto implica que mesmo as idéias a respeito da "consciência do espaço", por exemplo, são sempre incompletas, diante da tota-

lidade complexa das infinitas formas pelas quais a intuição humana é capaz de captar a espacialidade das coisas sensíveis. A percepção do espaço, é, portanto, apenas a percepção de um espaço-meio, de um espaço restrito (o habitat humano, principalmente).

Entretanto, o campo da percepção humana não deve ser confundido com o campo “sensorial” da percepção em geral. A intuição é inerente ao sujeito, sim, mas a um sujeito determinado social e historicamente e não a um sujeito simples ser biológico. Assim, a consciência individual e coletiva interferem decisivamente no ato de intuir o espaço. A percepção do espaço é portanto, sempre uma *percepção cultural do espaço*.

CLAVAL (1973), coloca claramente a questão da subjetividade do espaço: “Quelles sont les bases de la valorisation de l'espace? Certaines ne peuvent se comprendre que dans une perspective psychologique, dans une perspective phénoménologique même pour reprendre une expression à la mode chez les géographes et les psychologues de l'espace”. (Claval, 1973, p. 136). Mais adiante, explicita a via da percepção: “Tout se passe comme si l'individu avait besoin d'un certain nombre de coquilles ou de territoires, qui lui sont plus ou moins complètement familiers, et qui se prêtent chacun à certains types d'activités”. (Claval, 1973, p. 139).

A respeito da percepção do espaço enquanto um ato cultural, afirma o autor: “Les valeurs que prend l'espace reflètent l'appréciation des lieux en fonction de la familiarité qu'on en a, leur évaluation dans le cadre des échelles de préférence culturelle pour ce qui est beau, agréable, plaisant, l'estimation des avantages que le sol et la position peuvent apporter sur le plan des activités et des transactions, l'identification entre les localisations des groupes et leur position dans la hiérarchie des tains types d'activités”. (Claval, 1973, p. 139).

A idéia de relativização permanente do espaço subjetivo é clara, pois ele é sempre captado em

função do “lugar” ocupado pelo sujeito (lugar “strictu sensu” e lugar sócio-cultural). Trata-se sempre de um espaço finito, descontínuo, limitado pela vivência determinada historicamente.

Para BETTANINI (1982), “Trata-se de uma concepção de conotação psicológica semelhante, em termos do espaço urbano, à percepção de habitante ‘para o qual o mundo sofre uma descontinuidade ao nível em que termina sua experiência’”. (Bettanini, 1982, p. 17). A idéia de espaço-meio é aqui clarificada: “Certamente esta acepção, radicalizada, do termo ‘milieu’, restabelece seu significado etimológico original: ‘mi-lieu’ é um centro, pressupõe uma concepção que restabelece um Cosmo contralizado sobre a posição privilegiada da terra e dos homens, como pontos de referência”. . . Queremos aqui desenvolver o sentido desta relação dilacerada ao longo das linhas de um de seus termos: o ambiente próprio do homem, o mundo de sua percepção, isto é, o campo de sua experiência pragmática. . .” (Bettanini, 1982, p. 22). O autor identifica ainda, três tipos de espacialização do mundo pelo homem: o “espaço mítico”, o “espaço sagrado”, e o “espaço da representação”. (Bettanini, 1982, p. 101).

HARVEY (1980), reconhece a existência do espaço enquanto inerente ao sujeito, na medida em que este possui o que ele denomina “imaginação sociológica ou geográfica” que se deriva numa “consciência espacial”. Em suas próprias palavras: “Esta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu ‘pedaço’ ”. (Harvey, 1980, p. 14).

O autor tem, entretanto, uma posição crítica frente às formulações relacionadas à percepção do espaço: “Esta ‘consciência espacial’ ou ‘imaginação geográfica’ está explícita em muitas disciplinas. Ar-

quitetos, artistas, desenhistas, planejadores urbanos, geógrafos, antropólogos, historiadores, etc. Todos a possuem. Mas, ela tem por trás uma tradição analítica muito frágil e precária, e sua metodologia ainda permanece fortemente apoiada na intuição pura.' (Harvey, 1980, p. 15).

O tema da subjetividade do espaço, como se vê, ocupa um lugar de relativa importância na Geografia contemporânea, e a sua simples inserção entre as preocupações analíticas dos geógrafos, revela por si só, uma mudança de qualidade sensível em relação às concepções clássicas marcadas por um forte empiricismo, em que o espaço era tomado como "coisa em si", um "mundo exterior", capaz de revelar-se ao sujeito através de simples operações de observação. Em essência, a chamada Geografia da Percepção, ao valorizar a capacidade intuitiva do sujeito, nada mais faz que deslocar o foco da análise das coisas em si para *as formas que as coisas em si assumem para a consciência humana*, processo este mediatizado pela cultura.

### C — A Objetividade do Espaço: O Espaço Real

A idéia de espaço real é frequentemente confundida com a de espaço concreto. O equívoco resulta de uma não distinção entre a espacialidade em geral, enquanto propriedade das coisas, e as formas espaciais assumidas pelas coisas. Assim, o chamado espaço geográfico, por exemplo, nada mais seria que uma parcela espacialmente concreta do espaço real. Assim, a superfície da terra, seja ela expressa como primeira ou segunda natureza, é um espaço concreto, bem como a superfície da terra enquanto suporte territorial das atividades do homem. É este pressuposto que explica a adição ao termo espaço, de uma gama infundável de qualificações: espaço natural, espaço-região, espaço-lugar, espaço-território, espaço econômico, espaço social, etc. O espaço-objeto, portanto, envolve diferentes ramos da ciência, mas é apenas a filosofia que têm condi-

ções de dar conta de sua totalidade real, pois é o espaço uma condição geral de existência de todas as coisas, inclusive de todos os tipos de espaços concretos.

O espaço objetivado como superfície da terra tem sido o tema privilegiado dos geógrafos. A objetivação das formas espaciais das coisas em si é sempre dada pelos processos naturais ou sociais que atuam no espaço e no tempo reais. A espacialização dos processos naturais, por exemplo, é a captação da espacialidade contida nesses processos e nas disposições espaciais distintas com que se estendem os fatos da natureza. A espacialização dos processos sociais, é nesse sentido, a captação da materialidade das propriedades espaciais contidas nos processos sociais (por exemplo, o espaço construído).

Não há, nesse raciocínio, processos espaciais, pois a espacialidade é uma propriedade das coisas, e como tal, não possui autonomia, vida própria; é inerente às coisas. O que há são processos naturais e sociais inscritos nas coisas em sua forma espacial.

Pondo de lado as questões relativas à natureza e à sua materialização no espaço-superfície da terra, temos que a objetividade do espaço dos geógrafos é sempre determinada pelas ações concretas e historicamente situada da sociedade em geral, dado que o espaço concreto assume ou o caráter de suporte territorial (espaço morada do homem), ou o de espaço-manifestação dessas ações. Neste sentido é que se torna possível a sua qualificação e requalificação permanentes pelo sujeito investigador.

GEORGE (1969) empresta ao espaço geográfico muitas qualificações, destacando-se a de "espaço de localização". Em suas palavras: "...o espaço de localização representa tão-somente um dos suportes espaciais dos grupos humanos. Quanto mais complicadas forem uma economia e uma sociedade, tanto mais complexas deverão ser suas relações com o es-

paço. O espaço de localização constitui apenas um dado que pode ser menos importante do que as diversas formas de espaços de relações”. (George, 1969, p. 30).

Com relação à historicidade do espaço concreto: “Logo, a ocupação é, na realidade, uma ação situada no tempo e capaz de se projetar no decorrer de período mais ou menos longo. Isto significa que a capacidade atual de sustento humano do espaço considerado resulta na totalização de intervenções sucessivas, conquistas, desbravamentos, ações organizatórias, transformações — eventualmente, também de processos de degradação e de pauperização. Quanto mais antiga a primeira ocupação do solo, mais heranças o espaço terá acumulado. O espaço aparece ao mesmo tempo como criação humana e dado natural”. (George, 1969, p. 31).

É justamente essa capacidade do espaço-objeto dos geógrafos de manifestar materialmente as realidades históricas do homem, que permite a sua designação enquanto região. Segundo KAYSER (1973), o seu conceito é posto nos seguintes termos: “O caráter concreto e a relatividade histórica da região devem logo de início ser nitidamente afirmados... É com o espírito livre de complexos anti-deterministas que o geógrafo, ao trabalhar sobre uma região, começa por desenhar com traços vigorosos os contornos do quadro físico, por colocar em evidência os dons e as inibições da natureza... Uma região se organiza em torno de um centro... Uma região se define pelos laços existentes entre seus habitantes... Uma região só existe como parte integrante de um conjunto”. (Kayser, 1973, p. 279/281).

O espaço objeto pode ser designado ainda como espaço econômico, em que as forças dos processos econômicos emprestam a ele as suas características, como a concentração, a dispersão, a polarização, etc.

Também pode ser designado como espaço social. A esse respeito, tanto geógrafos como outros especia-

listas têm produzido variadas formulações. DURKHEIM (1968), por exemplo, coloca-se claramente como defensor da existência do espaço, discordando de Kant de que este pertenceria somente à esfera do sujeito. Para ele, o espaço é fundamentalmente um espaço social tangível; visto ser a representação do espaço pelas sociedades, uma “primeira coordenação introduzida pela experiência sensível”. (Durkheim, 1968, p. 16). Segundo ele: “Y como todos los hombres de una misma civilización se representan el espacio de la misma manera, es necesario evidentemente que esos valores afectivos y las distinciones que depende de ellos les sean igualmente comunes; los que implica casi necesariamente que ellas son de origen social”. (Durkheim, 1968, p. 16).

CORREA (1982), a respeito da natureza social do espaço geográfico diz: “A ação humana, que gera a organização do espaço, isto é, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço, é caracterizada, nas sociedades integradas economicamente através de mecanismos de mercado, pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos, sobretudo os recursos escassos, natural ou socialmente produzidos, tornam-se capazes de impor sua marca sobre o espaço”. (Correa, 1982, p. 16).

É evidente a impossibilidade de se examinar todas as formas de espaço-objeto, no âmbito deste trabalho, visto que a singularidade das coisas reais é infinita, gerando assim formulações de toda ordem. E isto é reforçado pelo fato de que, sendo o espaço-objeto um suporte e uma manifestação, ele possui não apenas características intrínsecas (como as naturais), mas igualmente processos de toda ordem que sobre ele se desenvolvem, e cuja complexidade está sempre determinada pelo processo em si e pela sua relação com o espaço. Neste sentido, o espaço econômico, social ou histórico, é sempre uma *relação* entre o espaço e a economia, a sociedade e a história. O espaço-objeto da chamada

Geografia Humana, é assim, tanto mais complexo quanto for complexa a sociedade em geral.

Alguns autores contemporâneos da Geografia têm procurado compreender o espaço concreto enquanto um espaço determinado socialmente (pelos modos de produção, pela estrutura de classes, etc.), de forma a procurar captar a sua rica totalidade social. Em geral, procuram colocar-se não como sujeito-pesquisador arbitrariamente distante do objeto, mas como sujeitos coletivos, situados social e historicamente. Poderíamos dizer até que procuram trabalhar muito mais na relação sujeito-objeto de que propriamente no direcionamento de suas formulações para um ou para outro, exclusivamente. É uma tentativa de fugir tanto aos riscos de um idealismo metafísico da subjetividade total quanto de um materialismo vulgar da objetividade absolutamente externa ao sujeito.

A esse respeito, KOSIK (1969), afirma que “O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno a essência”. (Kosik, 1976, p. 16).

Com relação ao sujeito-objeto: “O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto”. (Kosik, 1976, p. 18).

A idéia de Harvey sobre as três formas de existência e manifestação do espaço; absoluto, relativo e relacional e a sua idéia de que o “problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele”, podem ser consideradas como uma tentativa de apreender o espaço tanto em sua totalidade categorial, como em sua totalidade social, pois expressam uma concepção filosófica que não pode ser reduzida nem à subjetividade e nem à objetividade. Em outras palavras, não são idéias nem “a priori” e nem “a posteriori”, exclusivamente, sobre o espaço.

A perspectiva de totalidade na relação sociedade-espaço, obtida pela consideração dos modos de produção é bem ilustrada por SANTOS (1977): “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares”. (Santos, 1977, p. 87). Mais adiante diz: “Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço”. (Santos, 1977, p. 88).

Finalmente, sobre a relação entre a aparência e a essência, ou melhor, sobre a historicidade das formas espaciais: “O movimento do espaço, isto é, a sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global”. (Santos, 1977, p. 89), especificamente sobre a sua perspectiva de totalidade: “O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade...”. (Santos, 1977, p. 91).

## D — O Espaço é Uma Categoria Real, Mas Não é Uma Categoria Analítica

O espaço não pode ser uma categoria de análise, pois ele não pertence às categorias do entendimento, sendo apenas uma categoria do campo da intuição do sujeito. Sendo assim, ele não possibilita ao sujeito um processo de intelegibilidade pela via da reflexão, o que significa que ele não participa do processo de construção do conhecimento.

Como categoria da intuição, o espaço pode ser percebido e representado, assumindo tantas formas, quantas forem as mediações culturais do sujeito.

Mas o espaço e a espacialização *são reais*, na medida em que são propriedades das coisas reais. É possível portanto, realizar-se uma análise categorial sobre o espaço real (magnitude, extensão, distância, direção, etc.).

O espaço objeto pode ser compreendido através de suas partes (que não são o espaço real), pois estas assumem, na realidade, variadas formas de concreção. Uma das partes do espaço-objeto real, é juntamente o espaço concreto dos geógrafos, privilegiado por conter as materialidades dos processos naturais e sociais.

O espaço concreto, sendo um suporte e uma manifestação, pode ser tanto qualificado quantos forem os processos que nele se expressem materialmente.

A questão da totalidade social do espaço concreto só pode ser resolvida quando o investigador procurar situar-se na *relação* entre o sujeito e o objeto. Para dar conta do espaço concreto como parte da totalidade social é preciso realizar uma análise categorial do espaço social.

A relação entre a sociedade historicamente concreta e o espaço socialmente determinado, só pode ser explicitada se considerados ambos em seu movimento histórico permanente.

## BIBLIOGRAFIA

- 01 — BETTANINI, T. (1982) — “Espaço e Ciências Humanas” — Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- 02 — CLAVAL, P. (1973) — “Principes de Géographie Sociale” — Ed. M. -Th. Gémin, Librairies Techniques, Paris.
- 03 — CORREA, R.L. (1982) — “O Espaço Geográfico: Algumas Considerações”, in *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, Ed. Hucitec, São Paulo.
- 04 — DURKHEIM, E. (1968) — “Las Formas Elementales de la Vida Religiosa”, Ed. Shapire S.R.L., Buenos Aires.
- 05 — GEORGE, P. (1969) — “Sociologia e Geografia” — Cia. Editora Forense, Rio de Janeiro.
- 06 — HARTMANN, N. (1960) — “Ontologia”, IV. (Filosofía de la Naturaleza) e (Teoría Especial de las Categorías) — Ed. Fondo de Cultura Económica, México.
- 07 — HARVEY, D. (1980) — “A Justiça Social e a Cidade” — Ed. Hucitec, São Paulo.
- 08 — KAYSER, B. (1973) — “A Geografia Ativa” — Difel, São Paulo.
- 09 — KOSIK, K. (1976) — “Dialética do Concreto” — Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- 10 — RUSSELL, B. (1957) — “História da Filosofia Ocidental” — Cia. Ed. Nacional, São Paulo.
- 11 — SANTOS, M. (1977) — “Sociedade e Espaço: A Formação Social Como Teoria e Como Método”, in *Boletim Paulista de Geografia* nº 54 — Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo.